

A Participação do CTMU como Instrumento Polarizador e Disseminador da Cultura Ambiental e Ecológica nas Organizações Municipais Amazônicas

Prof. Dr. Ivandi Silva Teixeira ¹
Prof. Dr^a. Regina Cleide Figueiredo Teixeira ²

Centro Sócio Econômico - Departamento Contabilidade - UFPA
Trav. Lomas Valentinas, 1897/1804 – Bairro do Marco
66087-440 Belém PA
Fone fax: (0xx91)277-0005

¹ ✉ ivandi@uol.com.br

² ✉ rcleide@uol.com.br

Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> 1 Introdução 2 Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) <ul style="list-style-type: none"> 2.1 O Primeiro PDA 2.2 O Segundo PDA 3 Desenvolvimento Planejado? 4 A Relevância do Planejamento Participativo nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia 5 O Zoneamento Econômico-Ecológico como Instrumento Fundamental ao Processo de Desenvolvimento da Região Amazônica 6 Planificação do Espaço Físico-Territorial da Amazônia <ul style="list-style-type: none"> 6.1 O Zoneamento 7 A importância do Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano (CTMU) 8 Os Planos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará 9 O Processo Decisório e o Desenvolvimento Regional 10 Conclusão 11 Bibliografia
-----------------	--

Resumo: O gerenciamento ambiental ao nível das comunidades amazônicas carecem de elementos técnicos e científicos capazes de polarizar as evidências sobre os riscos inerentes aos quais a gestão empresarial se encontra sujeita, onde o aparato governamental sempre deixa a desejar em termos de competência e de responsabilidade. O posicionamento geográfico e geodésico passa a ser percebido como uma informação imprescindível para a geração de dados que reproduzam conhecimentos sobre a contextualização dos municípios que compõe extensa área territorial, na sua maioria abandonados à própria sorte.

O Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano pela sua abrangência científica e configuração técnica, se constitui em um conjunto de variáveis de natureza qualitativa e quantitativa capaz de contemplar os interesses da gestão municipal sob a tónica da gestão ambiental, na forma como o processo decisório esteja comprometido com a qualidade de vida destes privilegiados e tão carentes cidadãos, em suas atividades de labor diário e rotina cotidiana.

Palavras chave: Palavras chaves: Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano, gestão municipal

Abstract: The environmental gerenciamento at the level of the communities amazônicas lacks of technical and scientific elements capable to polarize the evidences on the inherent risks to the which the managerial administration meets it subjects, where the government apparatus always leaves to want in competence terms and of responsibility. The geographical and geodesic positioning becomes noticed as an indispensable information for the generation of data that you/they reproduce knowledge on the contextual of the municipal districts that composes extensive territorial area, in its majority abandoned to the own luck.

The Technical Cadaster Urban Multipurpose for its scientific inclusion and technical configuration, is constituted in a group of variables of qualitative and quantitative nature capable to contemplate the interests of the municipal administration under the tonic of the environmental administration, in the form as the decision process is committed with the life quality of these privileged and so lacking citizens, in its activities of daily labor and daily routine.

Keywords: Technical cadaster Urban Multipurpose, municipal administration

1 Introdução

Observa-se desde a época do colonialismo a desigualdade entre as nações. Onde a relação Colônia e Metrópole, apresentava imensos disparates, existentes até os dias atuais entre os países cênicos e os países periféricos. Neste cenário, é grande a preocupação de cientistas sociais e outros profissionais da ciência com relação à questão dominante versus dominado, com ênfase ao desenvolvimento de comunidades em seu contexto global.

Esta preocupação também se apresenta no momento em que se reporta a um ponto mais abrangente e específico, como no caso de um país. É possível, em um país, verificar-se a questão dominante versus dominado presente entre suas várias regiões. Em decorrência dos fatos, se vislumbra o crescente aparecimento de publicações com o intuito de direcionar pontos que levem a solucionar as disparidades existentes, como é o caso de estudos sobre o planejamento do desenvolvimento regional, respaldados em

análises econômicas, sociológicas, geográficas, etc., que sejam capazes de viabilizar a organização do espaço, buscando amenizar as disparidades existentes no contexto sócio-econômico-política entre as diferentes e diversas regiões.

Os problemas relacionados ao planejamento de desenvolvimento de um país ou de uma região, não é privilégio do Brasil. Visto que, vários países desenvolvidos já passaram por momentos de conflitos até conseguirem um certo equilíbrio na abrangência de sua organização sócio-econômico-político.

No Brasil, em particular, observa-se uma crescente consciência de processo reivindicatório por melhores níveis de desenvolvimento econômico e social. Essa tomada de consciência se reflete de forma imediata através de tensões sociais, as quais poderão colaborar para uma profunda distorção na alocação dos recursos, caso os problemas regionais não forem visualizados dentro da perspectiva do desenvolvimento regional e sustentável.

Ao se buscar a elaboração de uma análise sobre os aspectos apresentados em políticas de desenvolvimento regional, presentes quase sempre em diversos programas e planos nacionais de desenvolvimento, observa-se que as metas de políticas físico-territorial passaram a ter maior relevância nos documentos construídos para este fim. Apesar deste fato, os problemas das políticas de desenvolvimento regional ainda não apresentam uma abordagem satisfatória, e, devido a estas deficiências nos programas e planos nacionais é que a região amazônica detectou a necessidade de criar o "Plano de Desenvolvimento da Amazônia".

A pesar do processo de elaboração de planos enfatizando políticas de desenvolvimento para a região amazônica, se observa que o modelo de desenvolvimento imposto pelo governo federal e por interferência dos países dominantes no contexto mundial, se evidencia que estes têm sido os grandes responsáveis por uma avalanche de problemas sócio-ambientais. Atualmente, se compreende que a Região Amazônica não apenas alterou-se quanto meio ambiente, mas também apresenta elevados níveis de degradação considerados irreversíveis. Desta forma, se evidencia um acelerado processo de destruição do habitat da comunidade amazônica, provocando a extinção maciça de plantas e animais além dos acentuados níveis exaustão de suas riquezas minerais, depredação do solo e cobertura florística.

Esta falsa idéia da busca pelo desenvolvimento da Região Norte, fundamentado em um programa maior de governo, leva a uma miopia na postura estratégica da gestão pública federal, devido não conseguir realizar um planejamento regional fundamentado na realidade da sociedade plural amazônica que tem a nível de instituição federal como seus representantes diretos a gestão pública estadual e municipal. Assim, o que se observa é cada vez mais uma degradação antropogênica oriunda das mudanças que o homem impõe ao meio ambiente, cuja intensidade, frequência e/ou velocidade levam à degradação de habitats e/ou à destruição de espécies que neles vivem, consequência única e exclusivamente da relação causa e efeito da inexistência de visão gerencial do espaço físico territorial.

2 Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, tiveram origem na própria necessidade de ocupação de áreas conhecidas como "vazios", e que ainda possuem forte potencial extrativo, devido à grande quantidade de recursos e bens naturais em detrimento à carência de serviços e bens produzidos pelo homem.

2.1 O Primeiro PDA

O primeiro plano de desenvolvimento da Amazônia (I PDA) visava uma *descoberta planejada*, onde a meta era a *integração pela ocupação*. Conjuntamente, nesta época, também foram desenvolvidos programas como: PIN, Proterra, Radam, etc., que também se fizeram presentes no II PDA 92/95. No I PDA alguns dos grandes objetivos foram:

- A redução gradual das disparidades de renda existente entre a região amazônica com relação as demais regiões do país;
- Ocupação racional da fronteira direcionada para os espaços chamados vazios, através da colonização e a formação de uma infra-estrutura física;
- Apoio e incentivo a estudos e pesquisas em cima de recursos naturais que ajudem a identificação de produtos que possam ter competitividade e ofereçam vantagem lucrativa no mercado externo.

Assim deu-se a origem dos PDA'S, que nada mais são que estratégias de desenvolvimento regional. A estratégia utilizada pode ser entendida na condição de um forte indicador do estágio em que se encontra o processo de dominação interna do país. Pode-se dizer que, quando as estruturas de dominação do país são utilizadas com propósitos extrativos, a natureza da estratégia será diferente daquela em que se evidencia que o componente distributivo se torna dominante.

2.2 O Segundo PDA

O segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia, programado para o período de 1992/1995, foi baseado no eixo estratégico ecologia-tecnologia, formulado com um conjunto de diretrizes, políticas centrais e programas prioritários.

Este plano buscou colocar a região amazônica ao nível das áreas prioritárias dos planos nacionais. No momento da gestão do plano, ficou evidente que variáveis como: a qualidade de vida, meio ambiente, os valores éticos e culturais de cada estado que compõe a região amazônica necessitavam de delicada atenção, para que não ocorressem grandes disparidades sócio-econômicas. Para isso o PDA buscou evidenciar quatro elementos muito importantes: a democratização; a participação; a descentralização e a coordenação.

plano este que, para conseguir o êxito desejado, precisava que a comunidade amazônica quebrasse o paradigma da dependência existente em relação as decisões políticas e econômicas tomadas pelo Governo Federal. Pois, quem conhece a realidade da Amazônia e suas necessidades é o seu povo; uma vez observado que ao longo dos tempos, ainda não se teve uma experiência de planejamento em que a regionalização de um plano nacional seja considerada de forma consistente, ou que a coordenação nacional do planejamento regional seja estabelecida de forma contínua, ou ainda em que a institucionalização da cooperação inter-regional seja possível entre várias agências de planejamento nas unidades da Federação.

3 Desenvolvimento Planejado?

Em nosso país, o que na realidade se observa, são as disparidades sócio-econômica-política cada vez mais acentuada entre as regiões, devido às decisões a nível Federal não serem tomadas com base em dados técnicos apresentados pelos planejadores, mas sim por decisões na maioria das vezes falaciosas por contemplarem tão somente interesses de cunho político, no sentido corrente.

Dentro do contexto apresentado observa-se a cobiça internacional com relação as riquezas do Brasil, em especial da Amazônia. Daí a necessidade de se ter um planejamento ordenado para o desenvolvimento e crescimento, como única maneira de se buscar a quebra da relação de dependência que também se tem com os países desenvolvidos e com as regiões mais privilegiadas do Brasil.

Esta preocupação com o desenvolvimento planejado detecta-se desde a década de 30, quando o governo brasileiro elaborou projetos destinados à ocupação e desenvolvimento generalizado da Amazônia (SPVEA), criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, entre tantos outros, igualmente equivocados e quase em nada cumpriram os seus "objetivos teóricos".

Por este fato, pode-se avaliar que a Amazônia apresenta uma ocupação desordenada, irracional, discriminada, e irresponsável devido se observar que os fatores acontecem sem que haja qualquer preocupação confiável e consistente com o ecossistema.

Apesar das medidas tomadas, em relação à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, tenham trazido significativas mudanças no decorrer dos anos. A percepção que se tem sobre a necessidade de integrar e desenvolver a região, bem como sobre as estratégias a serem adotadas sofreram poucas ou quase nenhuma alteração ao longo dos anos.

O que ocasionou a necessidade de refletir-se sobre as medidas, procurando avaliar questões como o nível de bem-estar, que está relacionado a vários fatores imprescindíveis tais como: emprego; distribuição de renda; produtividade; meio-ambiente; qualidade de vida e etc. Desta forma, objetivando corrigir os erros existentes com relação à ocupação, crescimento e desenvolvimento da região através de um equilíbrio ou igualdade entre as regiões, ou então se buscando realizar de uma maneira estruturada e racionalizada a distribuição espacial.

Para isso, é preciso antes de mais nada se fazer uma organização do espaço físico-territorial, isto é, se realizar análises e estudos que possibilitem o reconhecimento da área que apresenta um fator vital, no que tange a um esperado desenvolvimento. Deverá ser feito um enquadramento e a locação de infra-estrutura adequados a este espaço, respeitando-se a sua realidade, suas características particulares e valores étnico-culturais, além da capacidade de suporte dos ecossistemas.

4 A Relevância do Planejamento Participativo nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia

Para que se possa ter um desenvolvimento homogêneo e diversificado é preciso que a política de desenvolvimento adotada reflita um processo de planejamento participativo. Desta maneira, facilitará a participação da população organizada ou não, juntamente com os órgãos federais, de maneira que se viabilize um planejamento regional que venha realmente atingir a todos os aspectos de forma global. Daí, a importância do planejamento participativo, devido a sua força de pressão em busca de um desenvolvimento igualitário para todas as regiões do país.

5 O Zoneamento Econômico-Ecológico como Instrumento Fundamental ao Processo de Desenvolvimento da Região Amazônica

Dentro do referencial teórico analisado, ficou evidenciado que é indispensável dispor do Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia, como referência fundamental para a adequação do processo econômico às condições sócio-ambientais. Gerando a necessidade de planos de desenvolvimento para a Amazônia, tendo o zoneamento, como principal instrumento viabilizador para a definição das atividades que podem ser implantadas na região.

Além de indicar a localização adequada para implantação de projetos e investimentos que possibilitem o desenvolvimento da região, e também gere efeitos positivos em todas as direções, possibilita ainda, uma economia integrada e dinâmica que levará a uma diminuição das desigualdades entre estados da mesma região e entre regiões do país.

6 Planificação do Espaço Físico-Territorial da Amazônia

Para a planificação do espaço físico-territorial regional é comumente requerido em geral alternativas multi-setoriais que, por sua vez, exijam estudos multidisciplinares, objetivando a elaboração do diagnóstico da área em questão. A concepção deste diagnóstico pressupõe a análise do potencial e das restrições ambientais e dos processos e fatores sócio-econômicos da organização do espaço físico. No entanto, para isso é necessário uma equipe multidisciplinar constituída de geógrafos, geólogos, engenheiros agrimensores, agrônomos e florestais, cartógrafos, biólogos, economistas, administradores, contadores, ente outros profissionais das diversas áreas da cognição humana.

Utilizando uma metodologia adequada a este objetivo, complementada por um detalhamento metodológico no que se refere aos aspectos sócio-econômicos, deve-se ter a aplicação de uma metodologia capaz de contemplar a transdisciplinaridade de maneira integrada, evoluindo de forma gradual da análise em geral da área para investigações específicas de unidades "equi-problemáticas" identificadas.

A partir desta leitura, o primeiro passo a ser dado para esta finalidade é buscar o conhecimento aprimorado dos sistemas ambientais

ou geo-sistemas, em termos de potencialidades e de vulnerabilidades para prognosticar sua tolerância a determinados tipos de atividades antrópicas. Este conhecimento deverá então ser capaz de viabilizar a solução de alternativas de manejos e medidas, visando compatibilizar os interesses econômicos à conservação da qualidade dos recursos e bens naturais, dos ambientes humanos e ao bem estar social comum. Ou seja, o pré-zoneamento deverá permitir a definição das vocações de cada área de concentração de recursos e bens da natureza; de espaço físico territorial trabalhado de forma racional e competente; o desdobramento e ordenamento sendo capaz de viabilizar a ocupação do solo amazônico de maneira coerente com a biodiversidade que permeia e caracteriza a Região.

Para atingir estes objetivos é importante salientar a necessidade de uma série de procedimentos metodológicos para a seleção das áreas prioritárias: potencialidade geo-econômicas, infra-estrutura, dinamismo populacionais, dinamismo econômico, rede urbana e ação governamental.

6.1 O Zoneamento

A importância da seleção das áreas prioritárias ou zoneamento é fundamental pois através de um estudo para seleção, serão feitos levantamentos minuciosos de todas as áreas, levando em consideração os aspectos biogeofísicos e sócio-econômicos, propiciando com isso o uso ordenado e auto sustentado dos recursos disponíveis com a finalidade de alcançar um desenvolvimento de forma responsável e racional inserido na capacidade de suporte do ecossistema.

Para que esta seleção seja feita de forma eficaz, é preciso que se criem certas políticas, apoiadas em um adequado tratamento da questão ambiental, levando em consideração o desenvolvimento seguindo o perfil de sustentabilidade da Região. E, que permita a exploração racional da mesma, visto que assim poderão ser detectadas áreas em que há uma maior concentração de recursos que irão contribuir para o desenvolvimento de outras no conjunto ordenado que compõe a Região. Seguindo este procedimento, evita-se que sejam feitos investimentos inúteis em áreas improdutivas, que sejam utilizadas áreas de maneira inadequada, ou ainda que tais áreas não disponham de recurso os quais são necessários para o crescimento e o desenvolvimento de uma localidade em particular.

A exploração dos recursos naturais deve ser utilizada em prol da comunidade, com objetivo de diminuir os níveis de pobreza existente, aplicando-se tecnologias adequadas ao investimento da produção de forma a trazer benefícios para a própria região evitando-se ao máximo que tais recursos sejam absorvidos de forma inadequada ou até indevida por outras regiões, e também que não seja feita exploração pernicioso ao ecossistema de modo que venha a prejudicar as necessidades futuras da comunidade. Esta seleção deverá facilitar a identificação dos focos onde se encontram indústrias motrizes, e atividades de risco ou onde estas possam vir a se concentrar.

É importante contudo, a visão do desenvolvimento como um todo. Isto é, observando o progresso de independência e semelhanças de tais áreas, fazendo ainda de preferência uma observação nos mapas já traçados anteriormente. Este trabalho de seleção de áreas prioritárias, proporcionará o ordenamento físico-territorial, o que irá determinar a aplicação de atividades direcionadas para uma maior racionalidade do uso e ocupação da área urbana e possibilidade de detectar determinações inadequadas. É evidente que ocorre com tudo isso, uma tentativa de equilíbrio setorial tanto nas áreas menos desenvolvidas, quanto nas áreas mais desenvolvidas, devendo ser empregados recursos adequados compatíveis com a realidade de cada área em particular e em benefício maior para a região como um todo.

Portanto, esta seleção de áreas prioritárias deverá servir como estudo básico para o planejamento urbano, pois permitirá o levantamento de todo o potencial de riqueza da região, envolvendo uma gama de recursos naturais, e permitindo com isso uma melhor forma de se manejar com um maior nível de acerto técnico esse conjunto de riqueza, tanto as naturais como as derivadas da ação do homem, tendo sempre em vista o desenvolvimento e a manutenção do compromisso com gerações futuras.

7 A importância do Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano (CTMU)

Mediante o entendimento apresentado ao longo do estudo, segundo o qual torna-se evidente a necessidade da maior aproximação entre o planejamento urbano, e as relações causais entre as diversas variáveis, na forma como compõem o ecossistema urbano. Passa-se então a validar a maior importância para o Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano na condição de instrumento eficaz e indispensável para nortear o processo de gestão urbana, na forma como possa estar comprometida com a qualidade de vida das comunidades, respeito à cidadania e responsabilidade subjuntiva aos mais diversos cargos.

Em seu arcabouço operacional, destacam-se em função das necessidades inerentes a gestão pública municipal, as principais prerrogativas que deverão compor o CTMU.

1. Características técnicas multifinalitárias;
2. Formação de banco de dados multifinalitários;
3. Geo-processamento das informações gráficas;
4. Geração de subsídios para a expansão auto-sustentável;
5. Geração de estratégias sócio-econômicas institucional;
6. Geração de estratégias físico territorial e ambiental;
7. Geração de geo informações espaciais e numéricas;
8. Interação entre as concessionárias públicas;
9. Sustentação ao sistema de arrecadação tributária;
10. Sustentação ao zoneamento ecológico;

Além do que, o CTMU poderá ainda contribuir a nível dos detalhes, que a gestão exigir nas particularidades do perfil da gestão e planos de governo, detalhando-se conforme fluxos da página seguinte, verificado junto à Prefeitura Municipal de Belém: Teixeira(1998).

O esquema abaixo demonstra de forma concisa a aplicabilidade dos desdobramentos das funções do CTMU no âmbito da

municipalidade, oferecendo subsídios úteis às diferentes categorias de gestores, em função da multiplicidade de abordagens.



8 Os Planos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará

O estado do Pará, em particular, realiza um trabalho metodológico introduzindo a proposta de definição de áreas centralizadas na dinâmica sócio-econômica, segundo procedimento de montagem dos cenários alternativos para o futuro próximo até o ano 2.010, ou seja: levando em conta não apenas a ocupação atual, como também as perspectivas ou tendência da ocupação futura, atendendo aos preceitos do desenvolvimento autosustentável.

Com base nesta proposta o estado do Pará elaborou o seu zoneamento ecológico-econômico de forma a fornecer subsídios para que o PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia, possa levar avante as suas estratégias de desenvolvimento para a região amazônica, no momento em que este em sua essência vislumbra o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia.

O objetivo maior do zoneamento ecológico-econômico do Pará é permitir ao setor público a elaboração de política que conduzam o governo e a iniciativa privada a utilizar de forma ordenada e seguindo o perfil de sustentabilidade, os recursos e bens naturais do estado mediante estabelecimento de critérios de utilização dos espaços geo-econômicos, de tal modo que fique assegurado o uso continuado do mesmo e a preservação dos ambientes naturais. Assim como, a minimização e o controle dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades humanas, independente de seus meios e finalidades.

Nos últimos anos, uma das características marcantes do processo de ocupação da Amazônia e do Pará em particular, tem sido a acelerada interiorização das frentes produtivas, motivadas pela atração exercida pelo setor primário, predominando a atividade extrativista mineral e a formação de fazenda de pecuária extensiva.

O zoneamento ecológico-econômico do Pará possibilita sobremaneira a formação de programas, projetos e ações de governo e de particulares, assentados sobre uma base coerente da geo-economia do estado, evitando com isto os desastres ecológicos constatados a cada implantação de cada projeto do tipo: Mineração de bauxita no Trombetas, Hidrelétrica de Tucuruí, Rodovia Transamazônica, e Siderúrgicas na Região de Marabá.

É evidente que a implementação do CMTU ao nível das necessidades apresentadas, poderá vir a contribuir sobremaneira para o êxito da execução dos planos elaborados, bem como do devido acompanhamento técnico e feedback operacional dos resultados alcançados.

9 O Processo Decisório e o Desenvolvimento Regional

A questão do desenvolvimento regional é uma responsabilidade atribuída constitucionalmente ao Poder Público Federal, através de políticas nacionais de desenvolvimento regional, com ações políticas capazes de atender aos anseios dos diferentes segmentos da sociedade.

Na realidade isto não tem ocorrido, visto que, a solução de problemas regionais não tem sido considerada como parte integrante de uma política de desenvolvimento global para o sistema de regiões, a qual deveria ser proposta em termo de metas nacionais para a

organização o espaço econômico nacional. Mas o que prevalece é o favoritismo corporativo e o protecionismo discriminatório decorrentes de cooptações políticas em prol de determinadas regiões.

Além dos problemas apresentados, outros fatores persistem, contribuindo de maneira decisiva para que não ocorra uma harmonia nacional. Entre tantos se destacam:

- instabilidade política do país devido as constantes mudanças na postura do governo;
- O crescente aumento do déficit público interno e externo;
- A enorme disparidade sócio-econômica entre a população;
- O atraso e embargo da ciência e tecnologia nacional;
- O hábito de copiar modelos de desenvolvimento de outros países, sem levar em consideração as potencialidade e limitações de nosso país, etc.

A região Amazônica contudo, procurando propiciar o estabelecimento de uma integração efetiva entre o governo federal e as demais regiões do país, elaborou o PDA como uma maneira lógica de obter um maior comprometimento e uma participação mais ativa dos governos dos estados e dos municípios, juntamente com a sociedade civil de modo a fazer legitimar a ação do estado para esta Região tão discriminada pelas suas virtudes e pelos seus vícios. E, que ainda se ressentia de ferramentas eficazes capazes de fortalecer o sistema de informações gerenciais na forma como certamente o CTMU se personaliza em seus preceitos técnicos e científicos na condição de eficaz instrumento para gestões eficientes.

10 Conclusão

As questões políticas em nosso país quase sempre tem prioridade sobre questões técnicas igualmente sérias para o desenvolvimento regional. Portanto, é de extrema importância que os profissionais que atuam em processos decisórios de empresas privadas, no governos estaduais e municipais busquem a sensibilidade profissional ao nível de suas competências para as questões ambientais de forma séria e com isenção de ideologias político-partidária.

Torna-se cada vez mais oportuno e indispensável que se priorizem, portanto, o conhecimento técnico e científico para a geração de informações úteis para toda a comunidade com base no Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano, imbuído de suas prerrogativas funcionais de gerar base de dados geo-referenciados em suas nuances especiais no que concerne a elaboração dos diferentes Mapas Temáticos, como: Mapas Cadastrais; Mapa de Declividade do Solo; Mapa de Aptidão do Solo; Mapa Planialtimétrico, com vistas a devida e correta utilização no âmbito dos planejamentos urbanos com ênfase ao trabalho persistente em prol do desenvolvimento regional com o foco centrado na qualidade de vida, em seu sentido lato, que se constitui além de um dever cívico, uma obrigação moral.

11 Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antonieta.** Fundamentos Teóricos da Experiência Brasileira e Amazônica de Planejamento. Belém: Notas de aula proferidas na Especialização do IX FIPAM, 1993.
- ARAÚJO, Maria C.** Amazônia e Desenvolvimento à luz das Políticas Governamentais: A experiência dos anos 50. In: Revista Brasileira de Ciências Contábeis, no 19, 1990.
- BUARQUE, C.** O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARLEIAL, D. M. F. A.** A questão regional no Brasil contemporâneo. In: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. ANPUR/HUCITEC, 1993.
- CASTRO, E. & ACEVEDO, R.** Estado e Poder local: Dinâmica das transformações na Amazônia Brasileira. In: IDESP. Pará- Desenvolvimento, no 20/21, 1987.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar.** A experiência de planejamento regional no Brasil. In: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.
- Sérgio da Fonseca.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará. In: IDESP. Belém, 1991.
- IDESP.** O Estado Nacional: Padrasto da Amazônia. In: Para Desenvolvimento: A face social dos Grandes Projetos. Belém: n° 20/21, 1986/1987.
- SACHS, Ignacy.** Estratégias de transição para o século XXI. In: Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SCHERRE-WARREN, Ilse.** Projetos de Grande escala-ocupação do espaço e reação popular. In: Cadernos CEAS, no 138. Salvador, 1992.
- SIGINBERGER, Marília.** Política de desenvolvimento regional: Uma proposta para debates. In: Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro, vol. 60, p. 117-129, 1988.
- SUDAM.** Cenários da Amazônia. In: SBPC, Ciência Hoje. Rio de Janeiro. SBPC, dez/1991.
- _____. Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Belém. SUDAM, 1992.
- _____. Macrocenários da Amazônia – 2010, Cenários Alternativos para a Amazônia. Belém. SUDAM, 1991.

_____. Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Estratégias de Desenvolvimento e Alternativas de Incentivos de Investimentos. Belém. SUDAM, 1992.

TEIXEIRA, Ivandi Silva. Um Modelo de Evidências sobre Riscos Ambientais para a Gestão Pública em Belém do Pará Fundamentado na Auditoria Interna e Ambiental. Florianópolis, 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.